

*PROFESSORA,
NÃO QUERO BRINCAR
COM AQUELA NEGRINHA!*



Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é destinada a professores da educação infantil e do ensino fundamental. Seu intuito é discutir de maneira direta e com profundidade alguns temas que constituem verdadeiros dilemas para professores diante das discriminações sofridas por crianças negras de diferentes idades em seu cotidiano nas escolas.

Diferenciar é uma característica de todos os animais. Também é uma característica humana muito forte e muito importante entre as crianças, mesmo quando são bem pequenas, na idade em que freqüentam creches e pré-escolas e começam a conviver com outras observando que não são todas iguais.

Mas como lidar com o exercício humano de diferenciar sem que ele se torne discriminatório? O que fazer quando as crianças se dão conta da diferença entre a cor e a textura dos cabelos, os traços dos rostos, a cor da pele? Como evitar que esse processo se transforme em algo negativo e excludente? Como sugerir que as crianças brinquem com as diferenças no lugar de brigarem em função delas?

*Os 10 volumes que compõem a coleção *Percepções da Diferença* chamam a atenção para momentos em que a diferenciação ocorre, quando se torna discriminatória, e sugerem formas para lidar com esses atos de modo a colaborar para que a auto-estima e o respeito entre crianças sejam construídos.*

Os autores discutem conceitos e questionam preconceitos. Fazem sugestões de como explorar as diferenças de maneira positiva, por meio de brincadeiras e histórias, e de leituras que possam auxiliá-los a aprofundar a reflexão sobre os temas, caso desejem fazê-lo.

Para compor a coleção convidamos especialistas e educadores de diferentes áreas. Cada volume reflete o ponto de vista do autor ou da autora de modo a assegurar a diversidade de pensamentos e abordagens sobre os assuntos tratados.

Desejamos que a leitura seja prazerosa e instrutiva.

Gislene Santos

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

VOLUME 5

**PROFESSORA,
EU NÃO QUERO BRINCAR
COM AQUELA NEGRINHA!**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

**Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade**

André Luiz Figueiredo Lázaro

**COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA.**

Apoio:

Ministério da Educação - Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
Programa UNIAFRO.

Realização:

NEINB - Núcleo de Apoio à Pesquisas em
Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro,
da Universidade de São Paulo - USP.
Coordenação da coleção: Gislene Aparecida dos Santos
Projeto gráfico: Jorge Kawasaki
Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite
Ilustrações: Marcelo d'Saete
Editoração: Nove&Dez Criação e Arte
Revisão: Lara Milani

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0087-1 (Volume 5)

Impresso no Brasil

2007

Sumário

Introdução	11
1. A cotidianidade e o racismo.....	15
2. Diversidade, racismo e o cotidiano escolar.....	19
2.1. Como as escolas lidam com a diversidade e o racismo	20
2.2. Racismo e preconceito em sala de aula.....	21
3. Educar para a eliminação do racismo e para a valorização da diversidade	35
3.1. Formação de professores.....	35
3.2. Como fazer.....	37
a) Educação multicultural e a Lei 10.639/03	37
b) A escola	40
c) Trabalhando a temática racial em sala de aula.....	42
Para saber mais	49
Referências bibliográficas.....	51
Glossário da Coleção	54

PLANO DA OBRA

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é composta pelos seguintes volumes:

1 - Percepções da diferença. Autora: Gislene Aparecida dos Santos

Neste volume são discutidos aspectos teóricos gerais sobre a forma como percebemos o outro. Para além de todas as diretrizes pedagógicas, lidar com as diferenças implica uma predisposição interna para repensarmos nossos valores e possíveis preconceitos. Implica o desejo de refletir sobre a especificidade das relações entre brancos e negros e sobre as dificuldades que podem marcar essa aproximação. Por isso é importante saber como, ao longo da história, construiu-se a ideologia de que ser diferente pode ser igual a ser inferior.

2 - Maternagem. Quando o bebê pelo colo. Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

Este volume discute o conceito de maternagem e mostra sua importância para a construção da identidade positiva dos bebês e das crianças negras. Esse processo, iniciado na família, continua na escola por meio da forma como professores e educadores da educação infantil tratam as crianças negras, oferecendo-lhes carinho e atenção.

3 - Moreninho, neguinho, pretinho. Autor: Luiz Silva - Cuti

Este volume mostra como os nomes são importantes e fundamentais no processo de construção e de apropriação da identidade de cada um. Discute como as alcunhas e os xingamentos são tentativas de desconstrução/desqualificação do outro, e apresenta as razões pelas quais os professores devem “decorar” os nomes de seus alunos.

4 - Cabelo bom. Cabelo ruim. Autora: Rosângela Malachias

Muitas vezes, no cotidiano escolar, as crianças negras são discriminadas negativamente por causa de seu cabelo. Chamamentos pejorativos como “cabeça fuá”, “cabelo pixaim”, “carapinha” são naturalmente proferidos pelos próprios educadores, que também assimilaram estereótipos relativos à beleza. Neste volume discute-se a estética negra, principalmente no que se refere ao cabelo e às formas como os professores podem descobrir e assumir a diversidade étnico-cultural das crianças brasileiras.

5 - Professora, não quero brincar com aquela negrinha! Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

Este volume trata das maneiras como os professores podem lidar com o preconceito das crianças que se isolam e se afastam das outras por causa da cor/raça.

6 - Por que riem da África? Autora: Dilma Melo Silva

Muitas vezes crianças bem pequenas já demonstram preconceito em relação

a tudo que é associado à África: música, literatura, ciência, indumentária, culinária, arte... culturas. Neste volume discute-se o que pode haver de preconceituoso em ler desses conteúdos. Apresentam-se ainda elementos que permitem uma nova abordagem do tema artes e africanidades em sala de aula.

7 - Tímidos ou indisciplinados? Autor: Lúcio Oliveira

Alguns professores estabelecem uma verdadeira díade no que diz respeito à forma como enxergam seus alunos negros. Ora os consideram tímidos demais, ora indisciplinados demais. Neste volume discute-se o que há por trás da suposta timidez e da pretensa indisciplinada das crianças negras.

8 - Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra. Autora: Antonia Aparecida Quintão

Neste volume se discutem aspectos do universo religioso dos africanos da diáspora mostrando a forma como a religião negra, transportada para a América, foi reconstituída de modo a estabelecer conexões entre a identidade negra de origem e a sociedade à qual esse povo deveria se adaptar. São apresentadas as formas como a população negra incorporou os padrões do catolicismo à sua cultura e como, por meio deles, construiu estratégias de resistência, de sobrevivência e de manifestação de sua religiosidade.

9 - Brincando e ouvindo histórias. Autora: Sandra Santos

Este volume apresenta sugestões de atividades, brincadeiras e histórias que podem ser narradas às crianças da educação infantil e também aspectos da História da diáspora africana em território brasileiro, numa visão diferente da abordagem realizada pelos livros didáticos tradicionais. Mostra o quanto de contribuição africana existe em cada gesto da população nacional (descendentes de quaisquer povos que habitam e colaboraram para a construção deste país multiétnico), com exemplos de ações, pensamentos, formas de agir e de observar o mundo. Serve não só a educadores no ambiente escolar, mas também ao lazer doméstico, no auxílio de pais e familiares interessados em ampliar conhecimentos e tornar mais natural as reações das crianças que começam a perceber a sociedade e seu papel dentro dela.

10 - Eles têm a cara preta. Vários autores

Este exemplar apresenta práticas de ensino que foram compartilhadas com aproximadamente 300 professores, gestores e agentes escolares da rede municipal de educação infantil da cidade de São Paulo. Trata-se da Formação de Professores intitulada Negras imagens. Educação, mídia e arte: alternativas à implementação da Lei 10.639/03, elaborada e coordenada por pesquisadoras do NEINB/USP simultânea e complementarmente ao projeto Percepções da Diferença Negras e brancos na escola.

As autoras:

Roseli nasceu em 11.05.1969 na cidade de Faxinal-PR. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista campus de Presidente Prudente no ano de 2002. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista FCT/Unesp – 2006. Participou enquanto aluna da fundação do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE), no ano de 2000, cujo objetivo é desenvolver e estimular atividades de extensão e de pesquisa na Unesp sobre temas atinentes à questão do negro, inclusive com outras instituições.

Maria Letícia Munhoz nasceu em São Paulo, Capital, em 03.08.1969. Formou-se em Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1993. Trabalha com educação de jovens em organizações não governamentais desde 1991, com os temas cultura de paz, direitos humanos e discriminação racial. Participou como bolsista do 25º Programa de Educação em Direitos Humanos no Canadá organizado pela Fundação Canadense de Direitos Humanos em 2005. Atualmente é mestrande do programa de pós-graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Projeto gráfico: Jorge Kawasaki

Diretor de Arte e designer gráfico, iniciou a carreira em 1974, trabalhou em empresas como Editora Abril e Editora Globo. Criou e produziu vários projetos como colaborador na Young&Rubican, Salles, H2R MKT, Editora K.K. Shizen Hosoku Gakkai (Tôquio, Japão), entre outras.

Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite

Teóloga, Artista Plástica, Acadêmica da Academia de Letras, Ciências e Artes da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Assina as Obras de Artes como Zul+.

Ilustrações internas: Marcelo d'Salete

É ilustrador e desenhista / roteirista de histórias em quadrinhos. Ele mora em São Paulo, capital, estudou comunicação visual, é graduado em artes plásticas e atualmente mestrando em História da Arte. Seu tema de estudo é arte afro-brasileira. Ilustrou os livros infantis Ai de tí, Tietê de Rogério Andrade Barbosa; Duas Casas, de Claudia Dragonetti; entre outros. Participou da Exposição Conseqüências do Injuve, Espanha, 2002; da Exposição de originais da revista Front no FIQ, MG, 2003; e da Exposição Ilustrando em Revista, Editora Abril, 2005. Foi finalista do Concurso Folha de Ilustração 2006.

Roseli Figueiredo Martins
Maria Letícia Puglisi Munhoz

VOLUME 5

**PROFESSORA,
EU NÃO QUERO BRINCAR
COM AQUELA NEGRINHA!**

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

Organização
Gislene Aparecida dos Santos

1ª edição
São Paulo
Ministério da Educação
2007

INTRODUÇÃO

O título deste volume, “**Professora, eu não quero brincar com aquela negrinha!**”, poderá a princípio chocar os professores, porém, se eles fizerem um retrospecto em seu cotidiano como docentes, chegarão à conclusão de que esse tipo de atitude realmente existe em nossas escolas e, infelizmente, ocorrem não com pouca frequência. Não poderia ser muito diferente, afinal, as crianças com as quais esses profissionais lidam são oriundas de uma sociedade notadamente racista. A menos que, como veremos a seguir, os profissionais da educação se proponham a desenvolver programas voltados ao enfrentamento da questão racial e à construção de uma cultura que respeite e valorize a diversidade nas escolas.

Este volume está dividido em subtítulos que abordarão a questão do racismo e da educação sob a óptica do cotidiano. Seu principal objetivo é mostrar como a educação pode atuar e ter grande eficácia na eliminação da discriminação racial em nossa sociedade.

O primeiro subtítulo é “**A cotidianidade e o racismo**”.

Abordaremos situações cotidianas em que o racismo ocorre de forma subliminar e implícita, de maneira que as pessoas, em suas rotinas, não se dão conta de que estão envolvidas em atitudes racistas praticadas por si mesmas ou por quem as cerca.

Visto que nosso foco se dará mediante a análise do cotidiano, verificaremos que isso ocorre porque as ações que normalmente realizamos no nosso dia-a-dia não são pensadas: são “automáticas”, corriqueiras, aparentemente inofensivas e fazem parte do nosso fazer diário.

Algumas de nossas ações cotidianas, como fechar uma porta, abrir uma janela, podem e às vezes não devem ser pensadas, quando não causam consequências. No entanto, quando se trata de ações intelectuais, precisamos pensá-las de forma mais detalhada para podermos sair do senso comum e transformá-lo. Na verdade, quando não observamos as ações a que estamos acostumados, não atentamos para as nossas atitudes que excluem e discriminam, acabamos reproduzindo valores e condutas racistas, sem nos dar conta do real significado daquilo que estamos fazendo.

O fato de agirmos muitas vezes de forma racista, sem percebermos, e de existir muito pouco espaço de discussão sobre esse comportamento está relacionado com características de nossa sociedade que têm origens histó-

ricas e ideológicas. Assim, acreditamos viver em uma democracia racial, onde negros e brancos vivem em harmonia, em amizade e igualdade. Ou seja, aqui ninguém (ou quase ninguém) se considera racista. Então, para que se preocupar com algo que acreditamos não existir?

Ademais, estamos acostumados a ouvir as justificativas que, no lugar de nos levar ao enfrentamento do racismo, nos auxiliam a acreditar na confortável idéia da democracia racial. Isto ocorre quando deparamos com os infortúnios a que está submetida a parte afro-descendente da população: crendo que a sociedade proporciona igualdade de oportunidade para todos, explicamos que os afro-descendentes “não chegaram lá” porque não se esforçaram suficientemente, porque possuem problemas inerentes a seu grupo, como preguiça, falta de educação, incapacidade intelectual etc.

Essa escolha de abordar as situações cotidianas, em que o racismo ocorre implicitamente, surgiu a partir de pesquisa realizada pela antropóloga Rita Segato, que constatou que esse tipo de discriminação racial é a mais comum no Brasil, acarretando tantos prejuízos ou mais em comparação com as condutas racistas explícitas. Segundo a mesma pesquisadora, a forma implícita de prática racista é mais difícil de ser transformada, pois, depara com a dificuldade de ser percebida pela vítima, como também com a dificuldade de ser assumida pelo autor.

O subtítulo também explorará as conseqüências que essas condutas trazem às crianças e aos adultos negros, como danos psicológicos e físicos, auto-estima baixa e aversão a suas características fenotípicas. Contudo, ficará evidente que a questão do preconceito racial é realmente um problema sério que diz respeito não só a indivíduos negros como a toda a sociedade brasileira, posto que todos, de uma forma ou de outra, somos atingidos pelos preconceitos e pela discriminação.

O outro subtítulo é **“Educar para a eliminação do racismo e para a valorização da diversidade”**.

Neste momento, destacaremos as dificuldades que temos em lidar com o diferente, e isso não se dá apenas com os negros, mas também com o obeso, com o deficiente físico etc. E uma das razões dessa dificuldade é que vivemos sob um modelo universal que convencionamos ser o ideal, a saber, o homem branco, forte e viril; a mulher branca, submissa e bela. Então, tudo que destoia desse modelo nos parecerá estranho, nos causará

repulsa. Diante desse modelo, fica fácil a criação de estereótipos negativos em relação a negros, homossexuais etc.

Em nossas escolas é comum crianças negras serem ofendidas em razão de seu pertencimento racial, e os professores na maioria das vezes não sabem como lidar com tal situação. Sendo assim, é preciso que eles saibam que não podem se eximir de tomar partido quando deparam com situações de racismo em suas salas de aula, porque para a criança ofendida o resultado desses insultos será a construção de uma auto-estima negativa. Além disso, como foi dito acima, nada fazer significa atuar de forma racista.

Essa dificuldade em lidar com o diferente é empecilho para termos experiências de vida mais ricas. Em se tratando de uma sala de aula ou escola, isso realmente é um problema, pois todos que estão ali precisam ter os mesmos direitos e deveriam poder lidar com todos os tipos de pessoas. Acreditamos até que atitudes receptivas para com todos que compõem uma sala de aula poderão ser de ajuda, inclusive no tocante à aprendizagem.

O outro subtítulo é **“Educação multicultural e a Lei 10.639/03”**.

Buscamos destacar nesse tópico que a referida lei foi um grande avanço para fazer com que as escolas e todo seu corpo de profissionais tragam para sua agenda a questão do racismo.

Mas essa lei também não deixa de ser um grande desafio para os professores, pois desperta neles a necessidade de terem um conhecimento mais abalizado a respeito da inserção do negro em nossa sociedade, para além do que se sabe a respeito da escravidão, que é o que normalmente as escolas ensinam sobre a história do negro no Brasil.

Os afro-descendentes tiveram um papel importantíssimo na construção do nosso país, e essa história precisa ser ensinada. O que ocorre é que os professores não tiveram uma formação que os habilitasse a aplicar essa lei em suas salas de aula.

Então, a pergunta que fica é: como ensinar o que não se conhece?

O trabalho que pesa sobre os ombros dos professores é enorme. Eles precisam educar para a diversidade cultural e étnica, para a inclusão de crianças especiais etc. Mas o apoio que recebem é pouco, por isso a importância de um material como este.

Nesse sentido a educação multicultural vem sendo apontada como uma das saídas para enfrentarmos a questão do preconceito racial e para

ajudar os professores a cumprir sua árdua tarefa. Afinal, precisamos da ajuda desses profissionais na luta contra o preconceito racial, pois seu engajamento é essencial.

O penúltimo tópico é mais uma denúncia: trata-se de mostras de um trabalho realizado em 2001, no qual se mostrará a reação de algumas crianças em relação aos negros, o que pensam e como os vêem. O subtítulo é **“Racismo e preconceito em sala de aula”**.

A pesquisa foi realizada em três escolas municipais da cidade de Presidente Prudente, interior do estado de São Paulo. Em cada uma dessas escolas escolhemos duas salas de 4ª série do ensino fundamental para fazermos o trabalho. As formas de intervenção foram: dramatizações, desenhos, redações e entrevista, tanto com alunos como com professores. No total participaram da pesquisa 158 crianças e cinco professoras.

O último tópico deste trabalho tem o título de **“Trabalhando a temática racial em sala de aula”** e se preocupará em mostrar aos professores que realizar um trabalho no qual a sensibilidade de se colocar no lugar do outro, na busca por uma sociedade mais humana, é possível. Para tanto, esse trabalho precisará envolver toda a escola. Essa preocupação terá de fazer parte do projeto pedagógico da instituição de ensino.

Os professores precisarão, assim, “correr atrás” de conhecimentos que os auxiliarão a dar uma nova dinâmica em suas salas de aula, enfim, todos precisarão estar envolvidos, tanto a escola como a comunidade.

Não se trata de dar receitas na ação para a eliminação do preconceito, pois cada sala de aula é oriunda de uma realidade diferente, cada professor tem suas preferências e dificuldades. O que procuraremos mostrar, no entanto, é que é possível o enfrentamento do racismo e a eliminação do preconceito racial.

1. A COTIDIANIDADE E O RACISMO

O cotidiano é o nosso fazer diário, a forma como nos inserimos e somos inseridos no mundo; e os preconceitos são as formas mais gerais de reprodução ou de expressão dos valores desse mundo do qual queremos tomar parte.

A autora a que estamos nos reportando para pensar o cotidiano é Agnes Heller. Segundo ela, a cotidianidade nos absorve quase que integralmente.

“(...) O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.” (Heller, 1972, p. 18)

O cotidiano é o espaço de repetição do senso comum, da ideologia, mas também é o espaço da consciência ou da transformação da ideologia.

As ações que realizamos no cotidiano não precisam ser pensadas em todos os detalhes, porque muitos dos atos que fazemos no dia-a-dia estão tão impregnados em nós que não precisamos e não devemos parar para pensar neles. São hábitos repetidos e automatizados que o senso comum acaba por definir como naturais. Essas experiências vividas na cotidianidade são, segundo Heller, responsáveis pela estruturação das sociedades e das identidades. No entanto, é na rotina diária que as pessoas agem e reagem reproduzindo ou não preconceitos.

Heller enfatiza a questão dos valores e a relação entre eles (a ética) e a vida na sociedade. Para ela:

“(...) seus atos [os dos homens] concretos de escolhas estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem de mundo. E, reciprocamente, sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos atos concretos de escolhas”. (p. 14)

Ou seja, as identidades ou subjetividades se formam das relações de cada um com o mundo de valores no qual está inserido, que pautam suas escolhas. Ao considerar que as pessoas não escolhem valores, mas idéias concretas, querem nos fazer crer que o dado concreto é mais importante

do que as idéias abstratas, como, por exemplo, liberdade, felicidade etc., e que, através do resgate histórico da construção cotidiana e rotineira desses valores, idéias e opções, se pode encontrar a forma de rebeldia e superação dos preconceitos oriundos da própria sociedade.

Nesse sentido, os valores da cidade, da escola, dos professores e dos alunos, definidos pelo cotidiano, lugares, tempo, espaço e formas de inter-relação social, alteram a realidade.

Heller também considera que o homem na cotidianidade vive para a satisfação de sua individualidade, porém, muitas de suas ações são frutos de uma herança histórica e de condicionantes sociais. Assim, segundo ela, as relações na sociedade passam a ficar cada vez mais cristalizadas ao não analisarmos os fatos segundo seus condicionamentos históricos, mas, ao contrário, a “(...) ultrageneralizar as ocorrências não dando a devida atenção” a elas.

No entanto, quando se trata de ações intelectuais, é necessário que pensemos de forma mais detalhada e crítica para podermos sair do senso comum. Ou seja, é preciso perceber que todas as ações e idéias que temos na vida cotidiana fazem parte de um contexto histórico que, de certa forma, determinou nossa forma de agir e de pensar e continuará assim até que possamos inventar um novo contexto. Portanto, é de dentro desse cotidiano que podemos verificar atitudes, idéias e valores que são adotados, sem que se tenha elaborado qualquer reflexão ou pensamento sobre eles, e, mais, é também dentro do cotidiano (pensado e repensado) que encontramos os elementos para superar os preconceitos.

O que importa, assim, é verificar como os valores estabelecidos pela sociedade se identificam com os valores individuais, ou seja, verificar a relação dialética subjetivo versus objetivo, o todo e a parte.

O homem, desse modo, viverá preso entre sua “liberdade particular”, os interesses sociais e a moral, que, somados à ética, irão tecer as estruturas da vida cotidiana. Vivemos nos equilibrando entre interesses particulares e gerais, logo nunca viveremos de forma intensa nem um nem outro.

Ao tratarmos de educação e cotidiano, chegamos à conclusão de que os professores deveriam se conscientizar de que precisarão sair do senso comum para poder enxergar com mais perspicácia a realidade na qual estão inseridos.

Isso porque as armadilhas que o modo de vida fragmentado, corrido, competitivo e desumano do qual fazemos parte no cotidiano nos absorve de tal maneira que sem dúvida se torna difícil uma reflexão mais abalizada sobre os acontecimentos que nos cercam, mas precisamos fazer um esforço para suplantar o cansaço e o abatimento para podermos ir além, na constante busca por um mundo melhor.

Assim, além desses embotamentos com que o cotidiano nos absorve e da visão míope com a qual acabamos encarando a vida, temos outro agravante em se tratando do preconceito racial na sociedade brasileira: é que aqui ninguém (ou quase ninguém) se considera racista, devido à existência no imaginário da idéia construída de que vivemos numa democracia racial. Porém, quando confrontamos a história de vida dos brasileiros brancos e negros verificamos que a vida destes últimos é marcada por enormes injustiças sociais e exclusão, mesmo que eles muitas das vezes não se dêem conta de que as dificuldades de que são vítimas se devam ao racismo e ao preconceito existentes em nossa sociedade.

O que se observa, no geral, é que muitos consideram que a dificuldade de inserção dos negros na sociedade tem como principal motivo o próprio negro e não toda uma rede estrutural e histórica que sempre os colocou em desvantagem em relação às pessoas brancas. Procura-se dar a impressão de que a sociedade brasileira dá oportunidades iguais a todos, e aqueles que não conseguiram chegar lá é porque não se esforçaram suficientemente.

Essas idéias e esse tipo de pensamento acabarão gerando nos indivíduos negros muitas frustrações, além de uma enorme insatisfação consigo mesmos; isso porque a própria pessoa acabará acreditando na falácia de que todos os seus fracassos profissionais e outros têm como único culpado ela mesma. Além disso, prejudica também o branco na medida em que este tem como co-cidadãos aqueles a quem aprende a não valorizar, convivendo socialmente todo o tempo, lado a lado, com pessoas com quem não consegue constituir vínculos por dificuldade de identificação. Por outro lado, não se desvencilha deles pelo fato de a nação lhes atribuir o caráter de irmão. Finalmente, prejudica a sociedade brasileira como um todo, que, herdeira dos valores europeus, em vez de ter orgulho de suas diferenças, atribui a negros e mestiços uma identidade nacional negativa. Essa sociedade se baseia em crenças que separam pessoas em grupos e criam tamanhas desigualdades que a separação/divisão de espaços físicos e sociais fica cada vez mais explícita e intransponível, ocasionando uma ruptura social que

impede a eficácia de políticas econômicas, sociais e de segurança pública, de atos de solidariedade e, principalmente, de atos de cidadania que, por meio da união popular, cobrem mudanças do poder público.

Todas as dificuldades materiais e psicológicas por que passam os negros acabarão de alguma forma acarretando para estes uma auto-estima prejudicada, com sérias dificuldades de se aceitarem com todas as suas características físicas.

Percebe-se, então, que o racismo e os preconceitos contra os negros (e todos os outros preconceitos) são vividos como generalidade, conforme salientado, ou como práticas que atendem tanto a interesses sociais quanto a interesses particulares.

Podemos pensar que, em nível geral, o preconceito contra os negros funcionaria como uma forma de manutenção da ordem social que os explora; e, no campo particular, pode funcionar como a forma individual de manutenção do poder de um sujeito/grupo sobre outro sujeito/grupo.

Vemos, assim, que os preconceitos raciais e outros não são estáticos, eles têm um objetivo bem preciso. Desse modo, eles devem e podem ser questionados quanto a sua validade. Mas o que se verifica, infelizmente, é que muitas vezes esse tipo de comportamento é considerado natural, não o revemos, ou nem sequer o percebemos na maioria de nossas ações cotidianas.

Vivemos em uma sociedade na qual todos estão preocupados com sua sobrevivência física, num mundo supercompetitivo e de poucas oportunidades. A lógica que impera é que quanto maior for o número de pessoas que conseguirmos isolar, melhor será para a sobrevivência do restante.

Se pensarmos no espaço escolar, as experiências cotidianas, os preconceitos (desvalores) e os valores estariam compondo a essência (humana) das crianças negras e não negras, porém, como nas sociedades os únicos valores considerados válidos são os da parcela branca da população, acabamos nos constituindo em um povo que não vivência e não pode vivenciar sua essência por completo.

2. DIVERSIDADE, RACISMO E O COTIDIANO ESCOLAR

Diferentes autores têm demonstrado os conflitos vividos pelos sujeitos negros na construção de uma imagem positiva de si mesmos e avaliam o impacto que a exposição cotidiana às imagens negativas pode gerar na formação da identidade dessas pessoas. Se o negro é retratado como sinônimo daquilo que é desvalorizado (ou tem menor valor) na sociedade, seria compreensível que as crianças negras não queiram se identificar com esse valor.

Assim, não podemos deixar de mencionar alguns estudos sobre educação voltados aos negros e aos grupos sociais menos favorecidos, que começaram principalmente a partir da década de 80 com a pesquisa pioneira de Patto (1991), bem como com os trabalhos de Rosemberg e Hasenbalg (1987), Gonçalves (1985), Oliveira (1992), Silva (1995), Lopes (1995), Cavalleiro (1998), Souza (2001), entre outros, que demonstraram de modo incontestável a situação desprivilegiada dos alunos negros nas escolas públicas e foram nosso ponto de partida para a investigação que fizemos no ano de 2001, analisando de que maneira preconceito e evasão escolar se articulavam como estratégias de manutenção de poder.

A evasão escolar de crianças negras é comprovadamente decorrente do preconceito e da discriminação que vivenciam, como podemos verificar em pesquisa de Hasenbalg (1987) e Rosemberg (1987). As crianças negras repetem o ano mais do que as crianças brancas e frequentam os piores cursos; as crianças negras, em sua maioria, tendem a ser empurradas pelo sistema para escolas menos equipadas, com menos recursos pedagógicos e turnos mais curtos. Para mais informações veja Souza (2001, p. 12).

O que fica bem claro nas pesquisas acima citadas é que a escola está despreparada para lidar com as diferenças e o racismo, sejam como fenômenos sociais que se reproduzem no funcionamento da instituição escolar e nos ambientes de salas de aula, sejam na formação intelectual de docentes e discentes por carência de informação específica em seus currículos.

O descaso e o desconhecimento acerca da história da população afro-brasileira fazem com que as idéias construídas sobre o negro estejam repletas de estereótipos em relação às reais contribuições desse povo em todas as modalidades sociais (cultura, política, ciência etc.).

Assim, a discriminação que o negro sofre na sociedade se reflete na escola, e, na maioria das vezes, sem que os professores se dêem conta desses fatores.

Segundo Lopes:

“A escola, na maioria das vezes, omite-se de falar sobre o negro como questão social de grande importância e restringe-se apenas a mencionar, em algumas disciplinas, a contribuição dada por eles à cultura brasileira. Tais citações são, no geral, profundamente marcadas de vazio histórico, ou seja, o registro de sua contribuição assenta-se sobre algumas palavras que compõem o receituário da alimentação nacional, por exemplo”. (1995, p. 57)

O silêncio das escolas em relação ao racismo e ao preconceito colabora para que as crianças (tanto negras quanto brancas) tenham a percepção de si mesmas e dos outros totalmente distorcida. As brancas, por se sentirem superiores às negras, e as negras, inferiores às brancas.

Segundo Heller, “(...) o preconceito é um tipo particular de prejuízo provisório”.

As diferenças presentes na escola deveriam ser aproveitadas como oportunidade de transformação de idéias preconcebidas e vistas como “verdades absolutas”. Porém, o que se observa é a rigidez de pensamentos e posturas, o que nos impossibilita de encontrarmos saídas para os preconceitos raciais. Dessa forma, a escola se mostra, na maioria das vezes, como um espaço de reprodução do racismo e, raras vezes, de inovação na valorização da diversidade.

2.1. Como as escolas lidam com a diversidade e o racismo

Vemos em nossas escolas crianças brancas ofendendo crianças negras com xingamentos baseados em seu pertencimento racial. A reação dos professores é sempre a mesma: não discutir o assunto e dizer para o ofensor que aquilo não é coisa que se diga, visto sermos todos filhos de Deus. Pois, como já salientado, a idéia que muitos têm é que as questões relativas ao preconceito racial são problema apenas dos negros. A pessoa ou a criança negra ofendida tem sempre a mesma reação, a saber, o silêncio. Isso acontece porque tais ofensas destroem as defesas psicológicas do indivíduo, é algo que o atinge profundamente, deixando-o desconcertado e sem ação (Gonçalves, 1985; Cavalleiro, 1998).

Desse modo, nossas salas de aula são exemplos perfeitos das dificuldades de lidarmos com o diferente, pois os professores também são

pessoas vindas de mundos e culturas tão diversos quanto seus alunos e se vêem diante de situações e vivências que não foram nem estão preparados para enfrentar.

Apesar do exposto até o momento, cremos que a educação pode ser uma grande aliada na luta contra os preconceitos raciais. Afinal, a escola é o local da coletividade, no qual o conhecimento é colocado não só para finalidades gerais, mas também individuais. Nela a cotidianidade deveria ser vivida de forma mais problematizada, principalmente em relação às diferenças presentes em seu espaço.

A escola pode ser o local da desconstrução de estereótipos e valores genéricos da sociedade, já que é o espaço do conhecimento, da construção de novos sentidos e da diversidade.

“Ainda nos falta avançar muito para compreendermos que o fato de sermos diferentes uns dos outros é o que nos aproxima e o que nos torna mais iguais. Sendo assim, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, de sexo, idade, raça, cultura, crenças etc. presente na vida escolar, e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais. Aí, sim, estaremos articulando Educação, Cidadania e Raça.” (Silva, 2001, p. 87)

É por meio da educação que damos as nossas crianças, e isso não só na escola, que as ensinamos a aceitar ou rejeitar a diferença. Mas ensinamos a elas o que é a diferença?

2.2. Racismo e preconceito em sala de aula

Algumas pesquisas que envolvem a temática racial no âmbito escolar já foram realizadas (conforme já salientado) e denunciaram que a criança negra tem sérias dificuldades de inserção no mundo escolar, devido ao preconceito que sofre por parte de professores, dos próprios alunos e mesmo de pessoas que trabalham na escola de modo geral. Essa discriminação de que é vítima, na maioria das vezes, não é explícita, mas velada, e muitas vezes aqueles que a discriminam nem sequer estão se dando conta de tal atitude. Entre essas pesquisas temos Cavalleiro (1998 e 2001), Costa

(1999), Hasenbalg (1987), Lopes (1995), Oliveira (1992), Pereira (1987), Gonçalves (1985), entre outros.

Neste item nos reportaremos a uma pesquisa realizada em três escolas municipais no ano de 2001, na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo. Participaram do trabalho 158 crianças e cinco professoras. Em todas as escolas realizamos o trabalho em duas salas de aula da 4ª série do ensino fundamental. Os instrumentos de investigação de que lançamos mão foram: dramatizações, desenhos e entrevistas, as quais foram realizadas com os alunos e com as professoras (todas eram do sexo feminino) e gravadas em fitas cassetes.

Nessa pesquisa, utilizamos uma canção que se costumava usar nas escolas do Brasil. Ela foi analisada por João Batista Borges Pereira (1987) em um texto intitulado “*A criança negra: identidade, etnia e socialização*”:

“(...) esta canção era ensinada nas escolas, que demonstravam receber, sem maiores críticas, as estereotípias existentes na sociedade brasileira. Esta letra era cantada com entusiasmo e alegria pelo professor e por seus alunos, tanto negros quanto brancos, sempre na presença do pesquisador”. (Pereira, 1987, p. 44)

Um dos intuitos da pesquisa, ao escolher uma canção tão preconceituosa, foi o de verificar como professores e alunos a receberiam.

A música era a seguinte:

*Plantei uma cebola no meu quintal
Nasceu uma negrinha de avental
Dança, negrinha!
Eu não sei dançar
Eu pego no chicote, você dança já!*

Passaremos então a relatar alguns acontecimentos ocorridos na época da pesquisa.

No dia 5/3/2001, em uma das salas em que estava fazendo observação, a professora selecionava alunos para participarem de um evento cultural que ocorreria na escola daí a algumas semanas. A professora perguntou então aos alunos quem deles sabia tocar algum instrumento ou cantar. Um garoto se manifestou dizendo que sabia tocar “timba”, ao que ela disse não conhe-

cer e pediu para que o menino lhe explicasse o que era “timba”. O aluno disse que esse era um instrumento usado na capoeira.

Outro garoto entrou no meio da conversa e disse para a professora que, na verdade, aquele era um instrumento usado na macumba. Diante dessa fala, a classe caiu na gargalhada. O garoto que disse saber tocar a “timba” ficou visivelmente constrangido, afirmando que não, que aquele era um instrumento usado na capoeira. Diante dessa situação a professora não se manifestou, dando prosseguimento à aula.

Constata-se que essa professora não conseguiu usar a oportunidade para ensinar as crianças a valorizar a diversidade cultural brasileira e trabalhar o racismo inserido em nossa cultura e reproduzido pelas crianças. A professora poderia abordar a questão do preconceito que existe em relação ao povo negro e, ao mesmo tempo, falar a respeito ou criar atividades que proporcionassem a oportunidade aos alunos de conhecer a cultura afro-brasileira, no caso principalmente a religião afro-brasileira, para, assim, poder transformar um círculo vicioso de práticas de racismo contra a população negra. Não o fazendo, avalizou atitudes discriminatórias. No entanto, isso se deu porque ela simplesmente não sabia como fazer, nunca foi preparada para lidar com situações semelhantes a essa.

Sabemos que a sociedade brasileira, de modo geral, nutre enorme preconceito em relação às religiões afro-brasileiras, e esse preconceito afeta diretamente as pessoas (famílias e crianças que fazem parte da escola) que são adeptas dessas religiões. Portanto, caberia à escola, se não defender, pelo menos dar informações a respeito dos aspectos que envolvem todas as religiões, bem como as de origem africana, mostrando que todas as religiões são formas que os homens encontraram para fazer ligação com o mundo espiritual.

Destacaremos agora outro acontecimento ocorrido no dia 20/3/2001, em que foi observado como o negro é visto e tratado em sala de aula. Nesse dia um garoto branco ficava o tempo todo xingando uma garota negra de “cabelo de Bombril” e “cabelo de palha”; ele a perseguia pela classe, rindo e xingando-a todo o tempo. A menina por sua vez não reagia aos xingamentos nem se queixava à professora, tentava apenas fugir do menino.

Diante disso, perguntamo-nos: por que ela não reclamava para a professora da perseguição do garoto? Ao analisar o ocorrido, conjecturamos que talvez fosse porque já soubesse que não adiantaria, a professora pro-

vavelmente não saberia como defendê-la. De qualquer forma, a criança não encontrou um espaço de acolhimento e não foi acolhida diante da agressão, e, novamente, essa experiência não foi utilizada para o aprendizado do grupo a respeito das diferentes características do corpo das pessoas, que não devem ser depreciadas.

A questão do cabelo para o afro-descendente é algo que nos chama muito a atenção, pois o cabelo dos indivíduos negros normalmente é tido como “ruim” em contraposição com o cabelo dos brancos, tido como “bom”.

Essa oposição “bom” e “ruim” transcende, em muito, a questão do cabelo. Como minuciosamente poderá ser visto em outro livro desta coleção, a inferiorização das características físicas de uma pessoa é uma forma de desvalorização da pessoa e marca de forma muito negativa o homem, a mulher e a criança negra.

Assim, se o meu cabelo é ruim, logo posso entender que eu e minha ascendência (meu pai e minha mãe) e descendência como um todo também são ruins. É por isso que os professores não podem se omitir quando ouvem em suas salas de aula expressões relacionadas a alguma parte do corpo como a que destacamos acima, seja das crianças negras, que são as que mais sofrem com apelidos maldosos e xingamentos, como de todas as crianças de modo geral.

Passaremos agora a relatar uma das dinâmicas usadas com a canção já mencionada.

Pedimos aos alunos das três escolas pesquisadas que fizessem desenhos sobre a canção. Realizados os desenhos, tivemos uma conversa com os alunos para dizerem o que haviam desenhado e como tinham entendido a música. (Abaixo, as crianças estão identificadas por letras do alfabeto.)

Veja algumas dessas entrevistas:

1) Entrevistadora: O que você desenhou?

C: Plantei uma cebola e aqui ela já tá grande.

Estes desenhos compõem o material produzido ao longo da pesquisa de Iniciação Científica de Roseli Figueiredo Martins entre os anos de 2000 e 2001, intitulada “A relação professor/criança: em busca de uma identidade”, com financiamento da Fapesp. As autoras agradecem a todas as crianças (que por razões éticas não podem ser identificadas) pela autoria dos desenhos.



Entrevistadora: O que você achou dessa música?

C: Legal.

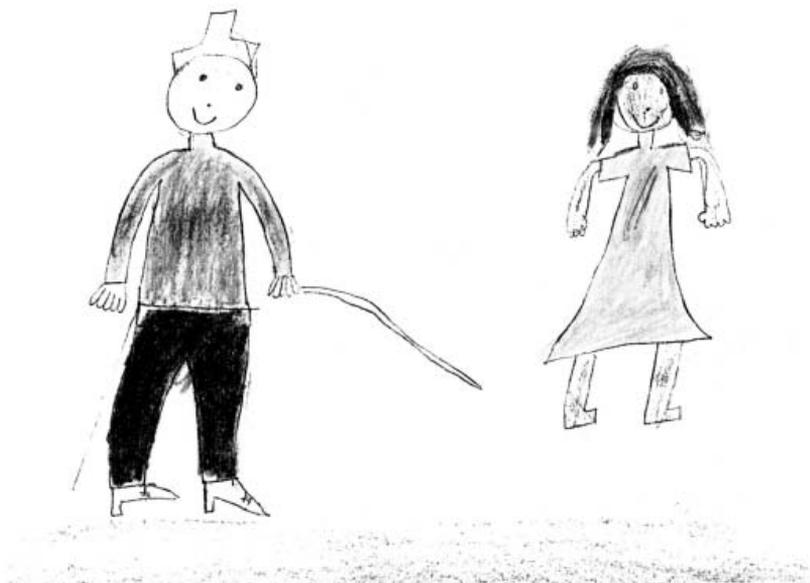
Entrevistadora: O que você acha que significa a frase “plantei uma cebola no meu quintal/ nasceu uma negrinha de avental”?

C: Pensei que ela tava brincando assim e achou que fosse um alienígena. Eu acho que ela é um ET.

2) Entrevistadora: Me fala sobre o seu desenho, o que você desenhou?

A: Aqui ela plantou uma cebola e nasceu ela, uma morena, né, e aqui ele batendo e fazendo ela dançar.

Entrevistadora: O que você achou da música?



A: Legal!

Entrevistadora: O que significa a frase “eu pego no chicote, você dança já”?

A: Ela não queria dançar, ele pegou no chicote pra fazer ela dançar.

Entrevistadora: O que você acha disso?

A: Acho legal.

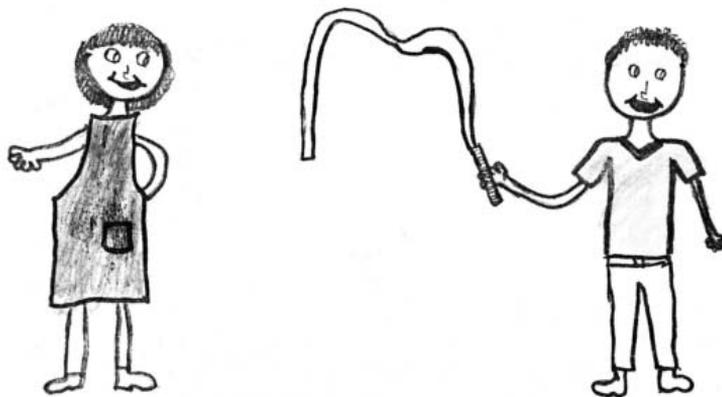
3) Entrevistadora: O que você desenhou?

T: Desenhei uma árvore, uma casa com uma chaminé saindo fumaça, uma plantação de cenoura e uma cebolinha.

Entrevistadora: O que você achou da música?

T: Achei interessante se acontecesse sempre isso, a gente plantar uma cebola no quintal e nascer uma negrinha dançando de avental!

Entrevistadora: O que você acha que significa a frase “plantei uma cebola no meu quintal/ nasceu uma negrinha de avental”?



T: Pode ser que seja igual à lenda da Mani, que plantou, enterraram uma indígena e nasceu uma mandioca. Então é quase igual a essa lenda. É muito difícil alguém nascer de avental e dançando.

Entrevistadora: O que significa a frase “eu pego no chicote, você dança já”?

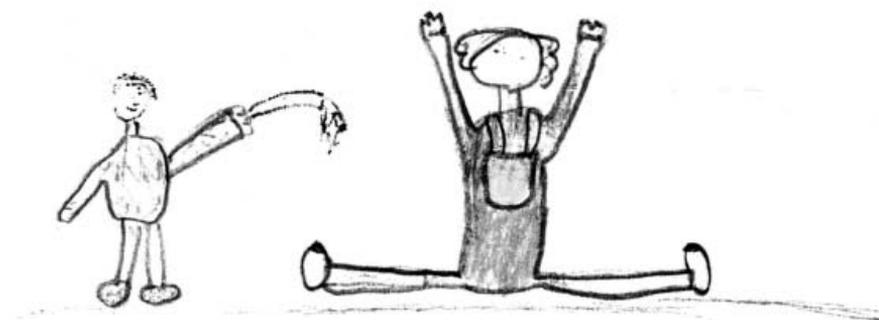
T: Ele quer bater pra ela dançar. Acho bruto, violento!

Apesar de algumas crianças terem dito que achavam ruim que a negrinha apanhasse, a maioria, porém, não conseguiu perceber o caráter violento da canção, com muitas crianças chegando a dizer que achavam muito legal que a negrinha apanhasse para dançar.

Realizamos também dramatizações usando a mesma canção. O objetivo foi verificar como as crianças reagiriam se colocando no lugar da negrinha.

Essas dramatizações foram, em sua maioria, realizadas em sala de aula com a presença das professoras. Somente em uma escola, no entanto, as dramatizações foram feitas no laboratório da escola e sem a presença das professoras.

Foi solicitado aos alunos que escolhessem um personagem da canção



para representar, enquanto a música tocava (a música foi gravada em fita cassete, apenas com a voz da pesquisadora). Os alunos teriam de escolher um personagem para representar, entre a negrinha, o chicote e a cebola.

Em cada sala foram realizadas de três a quatro dramatizações.

Aconteceu que a maioria dos meninos escolheu ser o chicote, as meninas preferiram, em sua maioria, ser a cebola e ninguém quis representar a negrinha.

No geral, aconteceu que, em todas as salas, uma ou duas meninas negras, no máximo, propuseram-se representar a negrinha. Sempre as mesmas, em todas as representações.

Percebia-se que essas meninas, ao representarem a negrinha, ficavam nitidamente constrangidas, afinal elas estavam representando uma personagem que aparecia na história de forma muito inferiorizada, colocando-se no lugar de alguém que vai apanhar.

Da observação à atividade das representações, concluímos que o fato de a personagem negrinha ser da cor negra serviu de grande barreira para que as alunas desejassem representá-la. No geral ninguém quer se colocar no lugar do negro, ainda mais quando este aparece no papel que faz referência à escravidão.

A parte que coube às professoras foi dividida em dois momentos. Logo nos primeiros meses, ainda na fase das observações, foi pedido para que elas fizessem uma pequena redação sobre suas impressões em relação à canção usada na pesquisa.



No segundo momento, quase no final do ano, realizou-se uma entrevista com elas. Queríamos saber se elas acreditavam que na escola e em suas salas de aula pudesse haver preconceito racial, bem como se percebiam analfabetismo verificado principalmente nas crianças negras. Assim, foi perguntado se elas tinham uma opinião sobre a causa disso e se saberiam sugerir caminhos para reverter tal situação. Elas responderam que não.

As redações das professoras foram realizadas no começo do ano letivo de 2001, no mês de abril, e as entrevistas foram feitas no final do ano no mês de setembro. (Nas transcrições das redações usaremos letras para designar o nome das professoras.)

O trabalho foi realizado em seis salas de aula, com seis professoras, das quais uma se recusou tanto a fazer a redação como a participar da entrevista.

Passaremos agora a transcrever algumas dessas redações.



1) Escola 1 – Professora L

“Percebo que nessa canção o preconceito racial é forte. Por que de um pé de cebola haveria de nascer uma negrinha e ela tem algo sobre o chicote?”

Mas essa canção me chama atenção para outro ponto importante da minha realidade profissional. Acredite que o conhecimento, para ser adquirido pelo aluno, não pode ser algo imposto e sim um processo natural, e para que isso aconteça é preciso respeitar a realidade de cada aluno, para que assim futuramente possa ser formado cidadão com mais senso crítico e construtor de uma nova sociedade.”

2) Escola 2 – Professora A

“A canção é extremamente preconceituosa, pois, num primeiro momento, fala de uma mulher com avental (doméstica) e chama essa mulher de negrinha, lembrando ações da escravidão.”

3) Escola 3 – Professora C

“A canção faz-nos refletir sobre a discriminação, sobre o preconceito voltado especialmente aqui à raça negra.”



Os termos ‘negrinha’ e ‘chicote’ expressam a clara manipulação, julgamento e poder.

O negro outrora já foi o alvo expresso da escravidão, assim como os índios.

Hoje, a nossa sociedade é formada pelas raças branca, negra e indígena, porém, ainda se encontra enraizada, ou seja, com os mesmos preconceitos dos antigos colonizadores (portugueses, holandeses, espanhóis etc.), que tomaram posse do Brasil, desprezaram, menosprezaram, escravizaram e mataram os verdadeiros donos destas terras.

Como se não bastasse, trouxeram para cá o negro e com ele fizeram o mesmo. Porém, os traços culturais desses povos formaram o nosso país. Os colonizadores não valorizaram isso, pois o seu interesse era pelas riquezas que aqui existiam e pela exploração delas (pau-brasil, cana-de-açúcar, pedras preciosas etc.).

Esse pensar, esse agir, esse modo de dominar esse povo até hoje fazem

pensar em seres humanos que realmente não têm, como o negro, o índio, o pobre, o deficiente, importância alguma para a sociedade. Uma vez que sem eles ela não existiria.

No entanto, cabe a nós, educadores, conhecer, pesquisar e propagar a importância desses povos, resgatar sua cultura e fazer o paralelo entre os traços e a herança que eles deixaram para nós e tudo que herdamos deles (valorização de culturas tão diferentes e ao mesmo tempo tão próximas ao nosso modo de viver), para que as idéias erradas encontradas nos livros didáticos (idéias, imagens e falas discriminatórias) sejam erradicadas, não façam parte do nosso modo de pensar, agir e falar dos nossos educandos e assim possamos ajudar a construir uma sociedade melhor.”

Verifica-se que, em suas redações, todas as professoras demonstraram perceber o quanto a canção é carregada de preconceito e violência contra o negro, deixando clara sua indignação contra ela, e também reconhecer que o preconceito contra o negro é um dado real.

Junto com as redações foram realizadas, com essas mesmas professoras, entrevistas que agora passarei a transcrever. As perguntas foram: *“você acredita, conforme eu observei, que os alunos negros, de modo geral, são os que apresentam as maiores dificuldades de aprendizagem e os que mais apresentam indisciplina? As crianças negras que eu percebi que tinham dificuldades de aprendizagem conseguiram algum avanço educacional?”*

As respostas das professoras foram as seguintes:

Professora L

“Na sala, minha postura é para que não haja preconceito, mas eu sei que no geral, na sociedade, tem muito.

Eu concordo que às vezes as crianças negras têm mais problemas de aprendizagem, porque existem muitas professoras preconceituosas; eu sei que não sou.

Em relação à sugestão para trabalhar com essas crianças, eu falo que minha mãe é branca e meu pai é negro.

Quando presencio cena de preconceito, falo sério com a criança – somos todos iguais, ele é igual a você, mas fica difícil dar sugestões quando a gente acha que não tem o problema.

Em relação aos alunos não alfabetizados, apenas um está conseguindo

certa melhora. Mas você não pode se pautar muito pela 4ª C, que você observou, pois os alunos lá são bem problemáticos. O aluno C, por exemplo, tem problemas psicológicos, por isso não aprende.”

Professora A

“Não, isso de uma criança ter problemas de aprendizagem por ser negro não existe.

Em relação à existência do preconceito, este existe mesmo, as próprias crianças são preconceituosas.

Quanto a sugestões para trabalhar com a criança que não está se saindo bem nos estudos, deve-se colocar este aluno para sentar-se próximo ao professor, para que assim este consiga dar uma atenção mais individualizada e também fazer trabalhos em grupo para facilitar a socialização.

No tocante ao aluno negro que tinha mais dificuldades de aprendizagem, eu o coloquei no reforço e ele está saindo-se muito bem. Outro que eu tinha com problemas de indisciplina foi mandado para o Conselho Tutelar e também foi resolvido o problema.”

Professora C

“Não acredito que haja preconceito, tanto crianças brancas como negras têm problemas de aprendizagem e de indisciplina. O problema da não aprendizagem não se relaciona com a cor, mas sim com famílias desestruturadas, que não cooperam.

Quanto às crianças negras não-alfabetizadas, estas continuam do mesmo jeito, não progrediram.

Outro problema que existe é que não temos apoio da escola (direção, coordenação etc.), o professor é órfão e assim fica difícil conseguir alguma coisa, por mais boa vontade que tenhamos.

Quanto a sugestões para trabalhar com essas crianças, é preciso que se faça um trabalho mais individualizado, mas eu não tive condições de realizá-lo.”

O ponto principal que destacamos aqui é o fato de as professoras não acreditarem que em suas salas de aula haja preconceito racial. Dizem que tratam a todos de modo igual. Assim, vemos que não há espaço para a diferença. Acreditam ainda que se faz necessário um trabalho mais individualizado com esses alunos, mas, devido a muitas cobranças das quais precisam

dar conta no decorrer do ano letivo, acabam não fazendo isso. Ademais, não houve uma análise crítica por parte delas do porquê, por exemplo, de os alunos negros serem aqueles com mais dificuldades de aprendizagem.

O que podemos apreender então das redações e das entrevistas com as professoras?

Esses dados nos dão amostras de como foi percebida, nas escolas pesquisadas, a forma como as professoras encaram a questão racial no seu cotidiano em sala de aula.

As professoras, por não acreditarem que possa existir preconceito racial nas escolas, não conseguem perceber a subjetividade de seus alunos, de seus dramas e principalmente das dificuldades dos alunos negros.

Se levarmos em conta que, segundo a teoria de Heller, a maioria de nossos preconceitos, antes de serem individuais, são sociais e determinam a forma de produção ou reprodução das sociedades, podemos deduzir que o tratamento dado às crianças negras nas escolas não é, e não será, diferente daquele recebido por elas fora do espaço escolar. Assim, podemos inferir que as professoras das escolas pesquisadas reproduzem lá o mesmo descaso, os preconceitos, como se não houvesse o dentro e o fora. Contudo, nas escolas, esse descaso aparece “tutelado” pelo saber dos professores.

Heller também aponta para o fato de que os preconceitos são provocados pelas integrações sociais e, sobretudo, pelas classes sociais. Dessa forma, a escola, ao ignorar os alunos negros, não só reflete o que o entorno social faz, como o reproduz e, assim, mantém as relações de classe. O silêncio das professoras, quando ocorrem manifestações de preconceito racial, ou seu despreparo em tratar o assunto servem como reforço para todas aquelas idéias negativas que os alunos, de modo geral, têm a respeito dos indivíduos negros. No entanto, nesses casos a postura dos professores deveria ser a de:

“(...) realizar falas explícitas direcionadas às crianças e aos adolescentes negros, que devem conter elogios por sua inteligência, seu desenvolvimento, sua estética ou por seu comportamento. Precisamos garantir que as crianças e adolescentes de grupos discriminados também recebam estímulos, sempre pronunciados de maneira clara e direta. As falas diretas e positivas a respeito da família, da cultura

e do grupo racial ao qual pertence a criança também contribuem para provocar nela sentimento de pertencer ao cotidiano escolar”. (Cavalleiro, 2001, p. 156)

Ter atitudes conforme nos admoesta Cavalleiro poderá sem dúvida desestimular o preconceito racial nas crianças.

Mesmo sabendo que não são só os alunos negros que fracassam na escola, e que também não são os únicos com problemas de auto-estima, não podemos deixar passar despercebidas as constatações que a pesquisa de 2001 aqui relata, bem como as de outras que foram mencionadas ao longo deste texto.

3. EDUCAR PARA A ELIMINAÇÃO DO RACISMO E PARA A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

3.1. Formação de professores

Um dos primeiros pontos que precisamos tocar, quando o assunto é educar para a diferença, diz respeito à formação de nossos professores.

Muitas pesquisas têm dado conta de que os professores não estão preparados para lidar com a diferença nem para combater o racismo presente em suas salas de aula. Como poderiam os profissionais da educação, assim como outros cidadãos que também fazem parte da mesma cultura que desvaloriza as diferenças, exclui e discrimina, ter atitudes que visem desestimular o preconceito e o racismo? Sabemos essa não é tarefa fácil, mas que também não é impossível. Porém, para que essa mudança de postura aconteça, será necessário um real compromisso de todos aqueles que querem viver numa sociedade mais justa, principalmente por parte dos profissionais da educação.

A carência do ensino brasileiro é bastante conhecida, sobretudo no tocante à sua qualidade: “(...) a educação brasileira está significativamente deficitária. As carências são enormes e de toda ordem, violência, indisciplina, falta de equipamentos etc.”. É preciso que se invista na formação dos professores, para que eles possam lidar um pouco melhor com os desafios diários presentes. A escola precisa diversificar, não dá mais para ficarmos com um modelo medieval de educação (Aquino, 2000, p. 70).

Temos de concordar, no entanto, que muito se exige dos professores. Eles precisam educar para a diversidade cultural e étnica, para a inclusão

de crianças especiais etc. Muito se exige, mas há pouco apoio real para que esses profissionais possam enfrentar a realidade social, global e cotidiana com a qual deparam.

Em pesquisa realizada por Irene Sales de Souza (ver seu texto “Os educadores e as relações interétnicas: pais e mestres”, 2001 p. 165), observamos que os professores não sabem lidar com os conflitos interétnicos presentes no cotidiano da escola e não acreditam que exista racismo em suas salas de aula. Assim, como será possível combater algo que se acredita não existir em sua realidade educacional? Para que os professores tenham mais condições de lidar com situações racistas que aparecem em sala de aula são necessárias, então, mais informações a respeito da história do negro brasileiro, para além do viés da escravidão.

O que se percebe é que os professores precisam ser sensibilizados a respeito da importância da temática racial.

O papel do educador é muito importante, pois é através desse processo (educacional) pelo qual todos os seres humanos passam que vamos nos construir, enquanto indivíduos, com mais ou menos preconceito. É esse entendimento que precisam ter os professores.

As crianças aprendem não apenas pelo que lêem nos livros ou pelo que está escrito no quadro negro, mas também, e talvez muito mais, por meio de pequenos gestos, na forma de tratamentos dispensados a cada um. Isso porque o que vemos na maioria das vezes, em educação, é a tendência à homogeneização. Os alunos são tratados como se fossem todos iguais, não se levam em conta suas especificidades (Cavalleiro, 1988).

Como expõe Maria Cândida Moraes, já se tem aceitado que não há na ciência conhecimento objetivo descolado do subjetivo, isto é, todo conhecimento é produzido com o olhar daquele que está reproduzindo. Em outras palavras, conforme foi demonstrado pela ciência quântica, não há ambiente que contenha o objeto pesquisado que não seja alterado pela intervenção do pesquisador e sua subjetividade. Por isso, é contando principalmente com sua subjetividade que os profissionais da educação poderão intervir em sua realidade, interrompendo os movimentos que excluem, discriminam e destroem, e alterar os espaços educacionais, proporcionando um ambiente de aprendizado para a inclusão, democracia, respeito e valorização da diferença. Como se pode ver, trata-se de uma escolha ética, como sugere Edgar Morin.

3.2. Como fazer

a) Educação multicultural e a Lei 10.639/03

Salientamos mais uma vez que um dos caminhos na busca por uma sociedade menos racista e mais democrática é explicitarmos a história das contribuições dos negros para o nosso país.

Atualmente, a Europa vem experimentando as conseqüências das imigrações recentes de pessoas de várias origens (árabes, africanos etc.). São atuais os debates sobre a postura da educação estadual, federal ou municipal diante de tanta diversidade cultural e religiosa de famílias e crianças que fazem parte da escola. Ora, uma família muçulmana não desejaria que seu filho aprendesse a cultuar a Bíblia cristã e não aprendesse nada sobre o Alcorão. Assim, perguntam-se a respeito da função da escola em dar ou não uma educação religiosa. Mas se optarem pela educação religiosa, outra grande questão se instaura: ou não se fala em religião nas escolas em respeito à diversidade de religiões, ou, ao se falar de religião, todas elas devem ser contempladas.

Essa forma mais ampliada de reconhecer o público para o qual a escola está prestando seus serviços, e sobre sua função diante desse público, faz parte de um pensamento político que tem levado o nome de multiculturalismo. Para termos de fato reconhecimento precisamos pensar as culturas fora do viés universalista, e a teoria defendida por Charles Taylor (1994) pode nos ajudar na medida em que busca o reconhecimento das identidades culturais, como podemos ver nas palavras abaixo:

“A idéia central é a de que, quando há identidades culturais envolvidas, não basta garantir direitos iguais entre os membros de minorias e os membros da maioria cultural. A justiça exigiria o reconhecimento público de direitos diferenciados cujos portadores não são indivíduos, mas sim grupos. Alguns exemplos de medidas e políticas propostas são as seguintes: o reconhecimento nos currículos escolares do valor e da contribuição de diferentes identidades culturais; a isenção do cumprimento de determinadas normas legais por razões culturais ou religiosas – como o do cumprimento de normas humanitárias de sacrifício de animais etc.”. (Taylor apud Vita, 2002, p. 9).

No caso brasileiro tivemos a aprovação da Lei 10.639, de janeiro de 2003, que altera a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). A nova lei obriga as escolas públicas e particulares à inclusão do ensino da “história da África e da cultura afro-brasileira”, caminhando, assim, no sentido de mostrar a real contribuição dos povos negros que foram trazidos para o Brasil e que, uma vez em nosso território, contribuíram de forma imprescindível para o progresso e a cultura dos quais somos herdeiros (Gomes, 2003).

A aprovação dessa lei foi sem dúvida um passo importante para que a verdadeira história do nosso país seja contada, e a nosso ver pode contribuir para a melhoria da auto-estima de milhares de crianças negras, bem como para a construção de sua identidade.

O objetivo da lei, segundo nossa visão, é o reconhecimento da diversidade existente no Brasil, bem como o questionamento das relações raciais, que no caso dos negros estiveram sempre baseadas no preconceito e em sua desvalorização como pessoa.

Nesse sentido, a educação multicultural dá justamente destaque à diferença, entendendo que é necessário um tratamento diferenciado para que se chegue à igualdade de oportunidades (Gonçalves e Silva, 2003).

Em países de histórico colonialista, como é o caso do Brasil, as políticas multiculturalistas e de reconhecimento visam privilegiar grupos que historicamente foram prejudicados.

“(...) o multiculturalismo dá um destaque à diferença, ao tratamento diferencial, para se chegar à igualdade de oportunidades. O referido tratamento impõe como resposta, no plano da ação, não mais o princípio da democracia formal, mas as estratégias chamadas por alguns autores de ‘política de reconhecimento’, por outros de ‘política de identidade’ e ainda ‘política da diferença’.” (Gonçalves e Silva, 2003, p. 118)

Podemos dizer também que essa política dentro dos Estados democráticos busca de certa forma reparar danos que se instalaram no passado, mas com reflexos agudos no presente, visando dar alguma oportunidade a quem esta sempre foi negada.

A Lei 10.639/03 trouxe à classe docente a preocupação com a necessidade de ter um conhecimento mais abalizado a respeito das questões que

dizem respeito ao povo negro no Brasil. No entanto, a pergunta que fica é: o que fazer para aplicar essa lei, visto que os cursos de formação de professores não os capacitaram para tal? Como ensinar o que não se conhece? Essa tem sido a preocupação geral.

Não vamos aqui entrar no mérito da aprovação da referida lei, pois acreditamos que foi de suma importância, mas não podemos deixar de discutir a preparação dos professores para que essa lei se torne realmente uma prática nos currículos escolares e o desafio para os profissionais da educação de todo país para fazer com que ela realmente se cumpra.

No tocante à efetivação da Lei 10.639/03, vemos que alguns materiais didáticos estão sendo disponibilizados. Mas será que os professores têm consciência da importância de trabalhar com eles? Também algumas Secretarias de Educação estão providenciando cursos de capacitação para os professores, como é o caso da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Porém, sabemos que as dificuldades ainda são enormes, e muito ainda precisa ser feito.

Para que essa lei seja efetivada nas escolas do país, o comprometimento dos professores é essencial, pois sem a adesão desses profissionais as coisas tendem a continuar como estão, ou seja, não veremos realizada a democratização do ensino, no que diz respeito a dar o real valor da contribuição de cada povo para a construção do nosso país. E sabemos que, no caso brasileiro, essa não é uma questão tão simples assim, pois para ter acesso a tais políticas precisamos mexer numa questão que para os brasileiros não é algo tranqüilo, que é o reconhecimento de sua negritude.

Será através da busca de uma identificação comum que uma identidade negra com capacidade de mobilização poderá ser construída, com base em seu passado histórico, em sua cultura e nas lutas que tem de travar em seu dia-a-dia para alcançar respeito e reconhecimento.

Os afro-descendentes que querem a construção de uma identidade positiva precisarão também buscá-la através da conscientização de quem são e do lugar que querem ocupar nessa sociedade.

Por tudo isso, a aprovação da Lei 10.639/03 foi muito comemorada pelos movimentos negros, afinal, é a primeira vez que no Brasil a história da formação do nosso país poderá ser contada não apenas segundo o viés do opressor, mas agora também pelo do oprimido.

b) A escola

Quantas vezes já ouvimos falar dos direitos dos cidadãos brasileiros? Há muitos direitos: sociais, civis, políticos, do consumidor, humanos, a falar, a não falar etc. Ainda assim, verificamos que no Brasil todos ou quase todos concordam que os brasileiros devem ter esses direitos, no entanto, eles não se realizam, isto é, todos ou quase todos os brasileiros não exercem todos esses direitos.

Uma questão está em debate ultimamente: quem são as pessoas responsáveis por permitir aos brasileiros que realizem seus direitos? Historicamente, sempre esteve mais claro que o Estado (governo, prefeitura, presidência da República, poder judiciário etc.) é responsável pela garantia do exercício desses direitos. No entanto, como se observa nos vários modelos de civilização do planeta, o Estado não dá conta de promover a democracia dos direitos se a sociedade se empenha massivamente em atuar de forma inversa. Ou seja, é fundamental que os próprios cidadãos respeitem e possibilitem que os seus co-cidadãos exerçam seus direitos; e, nesse sentido, podemos dizer que também é dever do cidadão atuar para que seus direitos sejam exercidos.

Partindo desse ponto de vista, à escola também se atribui o papel de, entre tantos outros relacionados à formação do cidadão para o convívio em sociedade, promover a educação para os valores e o exercício dos direitos da democracia mencionada acima.

É assim que se tem entendido e divulgado os documentos da comunidade internacional de Direitos Humanos, entre eles a Convenção Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e, em específico, as direções da Unesco para a cultura da diversidade. Mas, além desses, têm se pronunciado intelectuais, pedagogos ou não, que se dedicam ao tema da Educação do Futuro, Educação em Direitos Humanos, Educação Multicultural, Educação para a Cidadania, para a Democracia, para uma Cultura de Paz: elegem a educação como um importantíssimo instrumento de transformação cultural para a efetivação da democracia.

No Brasil sabemos que a desigualdade social está diretamente relacionada ao pertencimento racial do indivíduo, conforme estamos salientando ao longo deste texto.

Isso acontece porque, historicamente, os países ocidentais, a começar pela Europa e, conseqüentemente, os países colonizados por eles, como o

Brasil, desenvolveram uma cultura em que a definição do que é o ser humano (o que ele pensa, do que ele gosta, como ele se veste, quais são as suas aspirações, como ele é fisicamente, o que ele sente, de que mal sofre etc.) se baseava única e exclusivamente no homem branco. Assim, foram criadas as leis, as organizações econômicas, as estruturas das cidades, as estruturas das casas particulares etc., etc., etc. O que isso significa? Em outras palavras: na época em que foi elaborada a lei “Todos os cidadãos são iguais perante a lei”, eram considerados cidadãos apenas os homens brancos. Não eram cidadãos negros, mulheres e crianças. Então, quem eram esses “todos”? Os homens brancos, é claro. A consequência disso para os dias de hoje é que, quando citamos a mesma norma “Todos são iguais perante a lei”, presente na nossa Constituição Federal, sabemos que ela se refere também a crianças, negros e mulheres, no entanto, o modelo de homem que foi utilizado para criar todas as leis foi o modelo do homem branco, que foi universalizado, isto é, foi escolhido como bom para todos os outros seres humanos: a sua religião, a sua aparência, a sua educação etc. Por isso, a tendência observada atualmente é de uma grande necessidade de construirmos modelos universais de seres humanos, acarretando na exclusão daquilo que é diferente a esse modelo. Essa é, sem dúvida, uma das causas de nossa dificuldade em lidar com o diferente.

Nesse sentido, Crochick (2002) considera que o preconceito pode vincular-se à tentativa de manutenção de um modelo universal de identificações ou à defesa de certo tipo de experiência, fazendo com que os conceitos sejam gerados sem a possibilidade de serem testados empiricamente. Para ele, “o preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – moral, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer” (Crochick, 2002, p. 284).

Para esse autor, o preconceito é um impeditivo da experiência, pois a impossibilita, paralisando a ação. Dessa forma, Crochick resgata o sentido mais convencional da palavra preconceito, definindo-o como um juízo formulado antes da experiência ou da reflexão, sentido também atribuído ao termo por Renato Queiroz (para mais informações ver o texto: “Não vi e não gostei. O fenômeno do preconceito”, 1997).

A dificuldade de lidar com o diferente, e mesmo com a atração que este exerce, pode gerar repulsa e fascínio, medo e atração. Diante de tal confusão é fácil tornar consenso estereótipos negativos a respeito de emoções

sobre as quais não temos real controle, ou que não queremos entender.

No entanto, o desejo de todos, ao que se sabe, é vermos construída no Brasil uma real democracia na qual todo cidadão possa usufruir, de fato e de direito, tudo que a sociedade moderna oferece, mas, para que isso aconteça, é preciso que o direito à cidadania seja usufruído por todos.

A educação oferecida deverá efetivamente levar à libertação de todos, tanto dos educadores como dos alunos, tanto negros quanto brancos, enfim, levar à libertação do preconceito e da discriminação que nos impedem de sermos seres humanos verdadeiramente humanos.

Para que essa ação se inicie é fundamental que a escola, enquanto instituição, e os profissionais da educação enfrentem a discriminação racial não como sendo um problema exclusivo dos negros, mas de brancos e negros na qualidade de partícipes do problema, seja na condição de discriminador ou na de discriminado. Portanto, é preciso que todos estejamos abertos para a discussão do tema e dispostos a nos transformar para resolver a questão racial. Assim:

“Pensar a articulação entre Educação, Cidadania e Raça significa ir além das discussões sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Representa o questionamento acerca da centralidade da questão racial na nossa prática pedagógica, nos projetos, nas políticas educacionais e na luta em prol de uma sociedade democrática que garanta a todos o direito à cidadania”.
(Silva, 2001, p. 84)

c) Trabalhando a temática racial em sala de aula

Diante de tudo que foi abordado até o momento, os professores podem estar se perguntando: então, o que fazer de concreto para inserir a temática racial em sala de aula de forma realmente significativa?

Acreditamos que muito pode ser feito. Sendo assim passaremos agora a dar algumas sugestões de atividades que poderão ajudar os professores a abordar a temática racial, adaptando-as à realidade de sua escola e de sua sala de aula.

Todas essas propostas citadas acima de Educação do Futuro, Educação em Direitos Humanos, Educação Multicultural, Educação para a Cida-

nia, para a Democracia, para uma Cultura de paz trazem em si uma visão ampliada e sistêmica das relações, que nos convida a entender que todos os seres vivos estão interligados e são todos interdependentes. Isso significa que causando mal a outro estaremos prejudicando o sistema que nos “alimenta” e, por isso, estaremos causando mal a nós mesmos. Podemos imaginar o quanto a sociedade brasileira se prejudica perseverando em manter o racismo contra negros e afro-descendentes até os dias de hoje? Há quem ganhe? De qualquer modo, significa também que ao cuidarmos de estabelecer uma relação harmoniosa entre as pessoas (e todos os seres vivos) estaremos também criando um sistema harmonioso para a nossa sobrevivência. Em outros termos, na medida em que atuamos para criar oportunidades que incluam todos e fazer com que respeitem e valorizem cultura, cor e história de todos estaremos contribuindo para um mundo mais justo, mais harmônico e, principalmente nos dias de hoje, menos violento.

Outra característica das propostas educacionais citadas acima é a de que temas como preservar o meio ambiente, exercer a cidadania, respeitar e valorizar a diversidade em lugar de discriminar o diferente (assunto de nosso trabalho) devem ser abordados de forma central, transversal e transdisciplinar. O que isto quer dizer? Que estão propondo que agora tenhamos trabalho dobrado de colocar no conteúdo de todas as matérias mais o assunto meio ambiente, diversidade etc?

A grande importância dessas idéias atuais está em observarmos que todas as matérias escolares e situações de aprendizado de sala de aula (como também da vida) já se relacionam com esses temas naturalmente, ainda que não se perceba; os valores e as atitudes permeiam a atividade escolar de forma construtiva ou destrutiva, só nos resta enfatizar um dos lados. Isto faz bastante sentido, pois, vejamos: ao pretender que crianças e jovens aprendam a cuidar do meio ambiente, não conseguimos nenhuma eficácia se utilizarmos a metodologia de dar um número de aulas expositivas com o título “meio ambiente” e, depois, em aulas de matemática, física, química, dar aos alunos exemplos de conduta intolerável: desperdício de papel, mau cuidado com o ambiente escolar, contaminação, poluição etc. A conduta moral de respeitar as regras, por exemplo, é uma prática ensinada em qualquer matéria e ambiente. Da mesma forma deve ser considerada a temática da eliminação do racismo e o respeito e valorização da diversidade.

O trabalho com a temática racial pode ser uma constante em sala de aula se o professor buscar informações a respeito do assunto em biblio-

grafias já disponíveis, na internet e na troca com seus pares e seus alunos no cotidiano escolar.

Os professores devem ter como alvo principal tornar suas aulas um espaço aberto ao diálogo, buscar entender outras culturas e ter respeito pelas várias etnias que formam o povo brasileiro. Ademais, atentar para o fato de que o respeito ao diferente não se consegue com uma atitude passiva. São necessárias atitudes que promovam a construção desses espaços e ações que transformem nossas condutas, para que nos tornemos pessoas com sensibilidade suficiente para o convívio pacífico com todas as cores, jeitos e culturas.

Nossa pretensão não é dar receitas, mas sim suscitar nos profissionais da educação o desejo de pensar com seus pares possibilidades que possam realmente ajudar seus alunos a ter posturas mais condizentes com a realidade racial de nossa sociedade, na busca por uma escola plural de respeito ao próximo independentemente de sua constituição física.

Norberto Bobbio, em seu livro *Elogio da serenidade*, preocupa-se em compreender o racismo e não imediatamente condená-lo. Em suas palavras: “Não existe preconceito pior do que o de acreditar não ter preconceitos. (...) não há nada pior que um moralismo barato, também hipócrita”. Argumenta que, se por “racismo” se entende, numa primeira aproximação, uma atitude de desconfiança para com o outro, há um pouco de racismo em cada um de nós; e apenas tentando compreender suas razões é que podemos tentar corrigi-lo e, em hipótese extrema, eliminá-lo. De acordo com o autor: “A mera verificação da diversidade não gera necessariamente conseqüências nocivas a um bom convívio em sociedade. A constatação da diversidade entre os seres humanos não é reprovável: os seres humanos são de fato diferentes entre si. A atribuição de valores e juízos ao diferente é o que caracteriza o preconceito e a discriminação”.

Sendo assim, já que o modelo de beleza e de humano que temos é o do branco, cristão, que, de preferência, não apresente nenhum defeito físico aparente, vamos então mudar esse paradigma, convidando as crianças a descobrir outros modelos de beleza. As crianças, tanto as brancas quanto as negras, precisam saber que pode existir beleza para além da brancura. Uma forma é trazer para a sala de aula exemplos de beleza de pessoas negras que estão na mídia.

ATIVIDADE I: uma dinâmica que os professores poderão usar é pedir para que os alunos tragam fotos de pessoas negras que eles considerem bonitas e a partir daí lançar uma discussão que, por exemplo, gire em torno de por que, segundo a opinião dos alunos, existem tão poucas pessoas negras fazendo sucesso na mídia, a não ser nos esportes, principalmente no futebol.

Cada ser humano nasce e vive com características absolutamente individuais. Conforme dispõe Comparato (2005) ao argumentar sobre o princípio da dignidade humana, inerente ao complexo dos fundamentos dos Direitos Humanos, a descoberta da estrutura do DNA por Watson e Crick em 1953 revelou que cada ser humano possui um patrimônio genético único, salvo no caso de gêmeos homozigóticos. “A ciência veio confirmar a visão filosófica”, diz o autor, “de que o caráter único e insubstituível de cada ser humano, portador de um valor próprio, veio demonstrar que a dignidade da pessoa existe singularmente em todo indivíduo” (Comparato, 2005, p. 30). Ao lado disso, também já foi constatado pela ciência que a classificação de indivíduos por raças não se justifica, uma vez que a estrutura genética dos integrantes do gênero humano não apresenta diversificação de espécies, isto é, as características que diferenciam fisiologicamente grupos de indivíduos, como cor de pele, de olhos, formato de nariz e tipo de cabelo, são determinadas por elementos que não fazem parte da estrutura genética do ser humano. Dessa mesma análise, concluiu-se que existem mais diferenças genéticas entre pessoas pertencentes a mesmos grupos étnicos, povos de mesmas culturas e países, do que de pessoas que vivem em locais, pertencem a grupos étnicos e/ou possuem cores de peles diferentes.

Isto nos leva a uma atividade bem interessante a ser realizada em sala de aula:

ATIVIDADE II: essa atividade pode ser realizada com a presença de no mínimo três crianças e um educador. O educador distribui folhas de papel sulfite, de idêntico tamanho, para todas as crianças. Pede para que fiquem de pé ou se sentem em um círculo, segurem a folha de papel com as duas mãos, fechem os olhos e sigam suas instruções. Primeiramente solicita às crianças que dobrem a folha ao meio; depois, que façam um triângulo a partir da ponta superior direita do papel; posteriormente, que retirem um pedaço do centro desse triângulo; e assim por diante, de acordo com a criatividade do educador. Após aproximadamente sete

indicações, solicite aos participantes que abram os olhos. Em seguida, que cada um desdobre o papel que está em suas mãos e o posicione de forma que os outros possam ver. Em seguida, peça para que observem a própria figura que construíram e, em seguida, observem as figuras que foram elaboradas pelos outros colegas. Irão constatar que, apesar de as instruções da atividade terem sido idênticas a todos, não haverá uma figura igual à outra. Todas são belas e todas são resultados das mesmas instruções. Essa atividade nos leva a perceber com clareza a relação entre a igualdade e a diversidade entre as pessoas.

Nesse sentido, entende Edgar Morin que: “Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a sua diversidade não apague a da unidade (...). É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade e sua diversidade na unidade” (2002, p. 55).

Outra atividade interessante:

ATIVIDADE III. Instruções ao educador: divida as crianças em grupos de quatro a oito integrantes e peça para imaginarem que cada grupo faz parte de um planeta fora da Terra. Em seguida, peça para que cada grupo crie sobre seu planeta uma música, uma bandeira, uma dança (ou uma religião), uma maneira de expressar o “sim”, outra de expressar o “não”, uma maneira de manifestar afeto, uma maneira de comer e uma maneira de dizer “tchau”. Dê a eles de 20 a 30 minutos para criarem. Estimule a criarem algo bem diferente do que já viram aqui na Terra. Depois que finalizaram suas criações, diga aos grupos que eles irão se encontrar da seguinte forma: o grupo A irá receber o grupo B para uma refeição; o grupo C irá receber o grupo D, e assim por diante. Durante essa refeição, o objetivo dos indivíduos de cada grupo é reconhecer as características do grupo com quem estão se encontrando (isto é, a maneira como o outro grupo diz “sim” ou “não”, sua bandeira etc.). Existem regras: durante o encontro, ninguém pode falar, só fazer sons. Recomenda-se que as crianças se envolvam e utilizem sua sensibilidade bem além do que estão acostumadas a ver e ouvir, para entender toda a “cultura (idéia)” do outro grupo. Depois do primeiro encontro (refeição) com os grupos, pode-se pedir para que troquem os grupos, quando, então, A vai conhecer C, D vai conhecer B, e assim por diante.

Finalizados os encontros, o educador pede para os alunos sentarem e

comentarem sobre a atividade: a) pede para cada grupo contar o que percebeu sobre os outros grupos; b) pede para os participantes contarem como foi a experiência de reconhecer as características do grupo (foi difícil, engraçado, demanda tempo etc.); c) a partir daí, o educador destaca as semelhanças desse processo por que acabaram de passar com o que ocorre na vida real, quando encontramos pessoas diferentes de nós. Essa atividade, além de desenvolver a sensibilidade para enxergar além do esperado, estimula a curiosidade, o apreço e o respeito pelo diferente. A criança percebe que deve respeitar aquilo que o colega tem de diferente porque ele passou pelo mesmo processo que o seu, para fazer aquilo que lê e vê. Dependendo da faixa etária, essa atividade promove boas discussões a respeito do que estamos acostumados a fazer diante do diferente e os recursos internos que precisamos mobilizar para lidar com o diferente (a disponibilidade para um diálogo um pouco diferente, mais tempo, ficar com o olhar transparente, isto é, não ter preconceitos no olhar etc.). Enfim, vale a pena!

Por fim, atividades também interessantes são aquelas que estimulem a criança a investigar a sua própria origem e cultura e compará-las com as dos colegas, em ambiente de respeito e valorização da diversidade. Uma dessas atividades é a ATIVIDADE IV: o educador pede a cada criança que faça um trabalho sobre seus pais e avós, sua história no país. Pede para que conte como sua avó “reza” ou cultua algum deus ou santo etc; conte alguma sabedoria que aprendeu com seus pais, alguma música da família etc. Depois, pede que esses trabalhos sejam apresentados, em um ambiente em que seja estimulada a curiosidade dos alunos de forma que outros alunos possam fazer perguntas.

Outras idéias semelhantes são sugeridas abaixo:

Em aula de geografia e história os professores podem buscar algum país africano para estudar (de preferência algum cujo povo tenha sido mandado para cá na época da escravidão) e, assim, solicitar dos alunos que tragam o maior número possível de informações sobre o país (fora as informações que o próprio professor trará). Esse trabalho pode ser feito em grupo, e cada grupo ficará responsável por um tipo de informação sobre esse país.

Na hora das discussões de cada grupo, o professor pode mencionar que muitos brasileiros são descendentes de pessoas que vieram daquele país, e que, se houver alguém que tenha algum parente que saiba alguma história antiga vinda da África, essa pessoa poderá ser convidada à sala de aula para contá-la.

Nas aulas de português os professores podem escolher alguma história africana adaptada por algum autor brasileiro, bem como alguma lenda africana para contar aos alunos, e como dinâmica após a leitura pedir para que se façam ilustrações da história contada.

Essas ilustrações poderão ser feitas com materiais diversos, como tecido, tinta, madeira, isopor etc. Enfim, alunos e professores poderão soltar a imaginação usando esses materiais, que, depois de prontos, poderão ficar expostos na sala de aula. Alunos de outras salas serão convidados a conhecer o material produzido, bem como a história da qual saíram esses trabalhos.

Os professores, com a colaboração dos alunos e de seus pais, podem pesquisar se eles conhecem pessoas negras na comunidade que são bem-sucedidas, como algum comerciante, médico, advogado etc., e fazer um convite a essa pessoa para que venha à escola ou sala de aula a fim de contar sua história de vida, os obstáculos que teve ou não de enfrentar para chegar aonde chegou.

Outra forma que poderá ser usada na valorização dos indivíduos negros na escola é promover concursos, por exemplo, de penteados afros, para o qual a diretora da escola poderá trazer profissionais que trabalham com esses penteados. Nesses concursos, os modelos poderão ser as próprias alunas da escola se elas assim o desejarem.

Como foi dito anteriormente, uma vez tendo tomado a decisão de atuar a favor da valorização da diversidade e contra a reprodução do racismo dentro da escola ou da sala de aula, os profissionais da educação começarão a ter olhos, ouvidos e coração atentos às falas e atitudes de seus alunos, para que passem a intervir toda vez que surgir a oportunidade de transformar as atitudes que desvalorizam tudo aquilo que não se assemelha ao estereótipo do homem branco. Quando um aluno ou vários demonstram não querer brincar ou executar qualquer atividade com uma criança negra, aí está um importante momento para toda a classe ter um grande aprendizado.

Para saber mais

Neste item selecionamos alguns trabalhos que acreditamos possam ajudar muito o professor a compreender melhor a gravidade da questão racial no Brasil, bem como a importância de pensarmos em estratégias que solidifiquem o assunto da questão racial na agenda da educação em nosso país.

ALMEIDA, Gercilga de. *Bruna e a galinha d'angola*. Ilustrações de Valéria Saraiva. Rio de Janeiro: EDC/Pallas, 2000, p. 24.

BARBOSA, Rogério Andrade. Amigos, mas não para sempre. In: *Contos africanos para crianças brasileiras*. Ilustrações de Mauricio Venezia. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 5-14.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray (Orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-57.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001, p. 213.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos afro-asiáticos* [on line], 2002, vol. 24, n° 3 [citado em 24 fevereiro de 2005, às 00h23], p. 563-600. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006&lng=en&nrm=iso.

DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cadernos de pesquisa* [on line], 2003, n° 119 [citado em 7 de maio de 2005], p. 29-45. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000200002&lng=en&nrm=iso.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha B. Gonçalves e (Orgs.). O desafio da diversidade. In: *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 13-33.

_____. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões de beleza étnicos de Belo Horizonte*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002, p. 450.

KOLTAI, Caterina. O estrangeiro, o racismo e a educação. In: GALLO, Silvio e SOUZA, Regina Maria de (Org.). *Educação e pre-*

conceito. Ensaios sobre poder e resistência. Campinas, SP: Alínea, 2004, p. 91-101.

LOPES, Helena Theodoro. Educação e identidade. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 63, nov. 1987, p. 38-40.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola.* 2ª impr. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000, p.202.

PRANDI, Reginaldo. Os príncipes do destino contam histórias no céu. In: *Os príncipes do destino - História da mitologia afro-brasileira.* Ilustrações de Paulo Monteiro. São Paulo: Cosac Naify, 2001, p. 7-16.

Referências bibliográficas

AQUINO, Julio Groppa. Autoridade docente, autonomia discente. In: *Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos*. São Paulo: Summus, 2000, p. 57-80.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2003.

CAVALLEIRO, Eliana dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação infantil*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1998.

_____. O processo de socialização primária e a questão racial. In: *Veredas das noites sem fim: um estudo com famílias negras de baixa renda sobre o processo de socialização e a construção do pertencimento racial*. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel. A construção da identidade. In: *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 22-28.

CROCHIK, José Leon. Apontamentos para a educação inclusiva. In: SANTOS, Gislene Aparecida e SILVA, Divino José. *Estudos sobre ética*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O caminho do pesquisador. In: *Afro-descendente, uma identidade em construção*. São Paulo/Rio de Janeiro: Pallas/EDUC/Fapesp, 2000, p. 23-53.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 184.

Gomes, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: Santos, R. E. e Lobato, F. *Ações afirmativas: políticas públicas contras as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-57.

GONÇALVES, Luiz Alberto O. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial – Um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1985.

_____. Reflexões sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 63, nov. 1987, p. 27-29.

_____ e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. *Educação e pesquisa* [on line], jan./jun. 2003, vol. 29, nº 1 [citado 17 agosto de 2005], p. 109-123. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100009&lng=en&nrm=iso.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades raciais e oportunidade educacional. A produção do fracasso. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 63, nov. 1987, p. 24-26.

HELLER, Agnes. Sobre os preconceitos. In: *O cotidiano e a história*. Trad. Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p.43-63.

MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcellos (Orgs.). *Raça como retórica e construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 11-21.

MARTINS, Roseli F. *A relação professor/criança negra: a busca de uma identidade*. Relatório de pesquisa de Iniciação Científica pela Fapesp. Presidente Prudente, 2001, s/p [mimeo].

MORAES, Maria Cândida. *Pensamento eco-sistêmico – Educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unesco, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Identidade e dominação. In: *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003, p. 29-77.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A cultura como sistemas de significações. In: *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 34-143.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar – Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991, p. 377.

PEREIRA, João Batista Borges. A criança negra: identidade étnica e socialização. In: Cadernos de pesquisa - raça negra e educação. Fundação Carlos Chagas, n° 63, p. 41-50, novembro de 1987.

QUEIROZ, Renato da Silva. *Não vi e não gostei*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1996, p. 102.

ROSSATO, Cesar e GESSER, Verónica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação - repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001, p. 11-36.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas* [on line], 2001, vol. 9, n° 2 [citado 04 de março 2005], p.515-540. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-026x2001000200011&lng=en&nrm=iso.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002, p. 187.

_____. O racismo mascarado. In: *Mulher negra. Homem branco. Um estudo do feminino negro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p. 27-39.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? *Revista da USP*, dez/jan/fev 2005/2006.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliana (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação - repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001, p. 65-96.

SOUZA, Neusa Santos. A construção da emocionalidade. In: *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 19-77 (Coleção Tendências, vol. 4).

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

VITA, Álvaro de. *Liberalismo igualitário e multiculturalismo*. São Paulo: Lua Nova, n° 55-56, 2002, p. 6-27.

GLOSSÁRIO DA COLEÇÃO

Auto-aceitação: ato ou efeito de aceitar a si mesmo; acolhimento. Disposição de experimentar, acolher e assumir responsabilidades pelos próprios pensamentos, sentimentos e ações.

Auto-estima: sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutrir por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações.

Axé: palavra de origem iorubá que significa força vital. Trata-se da força-ser que estrutura o universo. Em língua bantu: ntu.

Casa-grande: habitação senhorial, geralmente o centro de uma propriedade rural (engenho de açúcar, fazenda de café ou gado) em que habitavam o senhor proprietário, seus familiares e agregados.

Discriminação positiva: termo usado atualmente com a finalidade de reparar erros que foram secularmente cometidos e endossados pela sociedade. Exemplos: bancos diferenciados para idosos no transporte coletivo; cota mínima para mulheres nas representações de partidos políticos; cota mínima para indígenas e afro-descendentes nas instituições de ensino superior.

Discriminação racial: ato de discriminar uma pessoa tendo como base sua raça/cor da pele, com a intenção de preteri-la, ofendê-la, excluí-la ou inferiorizá-la. Pode ser um ato explícito, dirigido diretamente à pessoa-alvo, ou um ato camuflado.

Discriminar: separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, discrimina-se o azul do amarelo, do roxo, do preto, do cor-de-rosa. Ao criar a categoria som: discrimina-se o som alto do baixo, do agudo, do grave. A discriminação deixa de ser somente um ato de separação que visa organizar algo dentro de categorias inventadas pelos humanos quando é apoiada em valores por meio dos quais são estabelecidas hierarquias.

Estereótipo: clichê, rótulo, modelo rígido e anônimo, com base no qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou compor-

tamentos. Chavão repetido sem ser questionado. Parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo.

Estigma: refere-se a algum atributo ou qualidade de natureza depreciativa que se apresentam como verdadeiros, mas que de fato foram forjados nas relações sociais, geralmente num contexto de disputa ou competição. Por isso, o estigma, quer individualmente ou socialmente, pode ser usado, por exemplo, como instrumento para justificar a exclusão de uma pessoa ou grupo da participação efetiva na sociedade.

Flexibilidade: qualidade de flexível, elasticidade; capacidade dos indivíduos de enfrentarem as mudanças sem apegos inadequados ao passado e sem dificuldades para lidar com o que é novo.

Identidade: produto dos papéis sociais que o sujeito assume em suas relações sociais; sentimento que uma pessoa tem de possuir continuidade, como distinguível de todas as outras. “Os termos ‘identidade’ e ‘subjetividade’ são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. ‘Subjetividade’ sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem somos’. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (Kathryn Woodward).

Identificação: processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro, e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Personalidade: organização constituída por todas as características cognitivas, afetivas e físicas de um indivíduo; o elemento estável da conduta de uma pessoa; sua maneira habitual de ser, aquilo que a distingue de outra.

Preconceito: “é um juízo preestabelecido, baseado em mera crença ou opinião que formamos sem conhecer devidamente a realidade sobre a qual nos manifestamos. Portanto, pré-conceito significa ‘conceito pré-

vio’, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões” (Renato Queiroz). “O preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – morais, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer” (José Leon Crochik).

Preconceito racial: concepção sem exame crítico, formada a priori, transmitida culturalmente de geração em geração. Caracteriza-se por idéias assumidas com propriedade, sem reflexão sobre sua racionalidade e sobre a consequência de aderir ou não a elas.

Psique: a alma, o espírito, a mente.

Psiquismo: conjunto de fenômenos ou de processos mentais conscientes ou inconscientes de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Racismo: explicação criada, no século XIX, para justificar a ação política de discriminação, segregação, exclusão e eliminação baseada na idéia de que existem raças humanas com características determinadas e imutáveis, atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a este grupo e transmitidas hereditariamente. A cada raça biológica corresponderiam também traços de cultura, valores, ciências, de modo que as “raças” mais evoluídas deveriam dominar e comandar as menos evoluídas, para o bem da própria humanidade. O racismo é uma ideologia ou forma de dominação que explica e justifica que essas supostas raças superiores dominem ou eliminem as consideradas inferiores.

Senzala: espaço, na casa-grande ou sobrado senhorial, reservado ao abrigo dos escravos. Geralmente de uma só porta e sem janelas para evitar fugas. Lugar insalubre onde se prendiam homens e mulheres de todas as idades. Na origem (Angola), significava “residência familiar”.

Subjetividade: dimensão do ser humano que está para além dele, não se restringindo a uma essência interna. É constituída pelos níveis individual e social; é histórica, construída e se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem.

Quilombo: na origem (Angola), significa acampamento e, por exten-

são, os locais onde se reuniam os prisioneiros destinados à escravidão antes de serem embarcados nos tumbeiros. No Brasil, desde a Colônia, ganhou nova conotação a partir do momento em que o refúgio/acampamento de escravos fugidos passou a ser identificado para combate e desmantelamento. A palavra mocambo também é utilizada com o mesmo significado, embora na origem (quicongo) designe telhado de habitação miserável.

Valores civilizatórios africanos: no Brasil existem valores originários da matriz africana que constituem elementos fundadores de nossa cultura: solidariedade, sociabilidade, hospitalidade, gestualidade, musicalidade.

Professora, não quero brincar com aquela negrinha!

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola* é composta pelos seguintes volumes:

1. Percepções da diferença.

Autora: Gislene Aparecida dos Santos

2. Maternagem. Quando o bebê pelo colo.

Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

3. Moreninho, neguinho, pretinho.

Autor: Cuti

4. Cabelo bom. Cabelo ruim.

Autora: Rosângela Malachias

5. Professora, não quero brincar com aquela negrinha!

Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

6. Por que riem da África?

Autora: Dilma Melo Silva

7. Tímidos ou indisciplinados?

Autor: Lúcio Oliveira

8. Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra.

Autora: Antônia Aparecida Quintão

9. Brincando e ouvindo histórias.

Autora: Sandra Santos

10. Eles têm a cara preta!

Vários autores

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0083-3 (Vol. 1)